

DIREITOS HUMANOS: O BRASIL NA ONU
Anuário 2007
Realização: Conectas Direitos Humanos

Apresentação

A Organização das Nações Unidas (ONU) é o principal órgão responsável por promover e proteger os direitos humanos no âmbito internacional. Sua efetividade depende, primariamente, do empenho e das posições adotadas pelos 192 Estados que a compõem.

O Brasil é membro-fundador das Nações Unidas e deve não apenas contribuir para que a ONU cumpra o seu papel, mas ser também intransigente na defesa dos direitos humanos como único caminho possível para a construção da paz e da segurança internacionais. Esses são compromissos mínimos a serem assumidos e respeitados pelo Estado Brasileiro em sua atuação internacional.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um conjunto de princípios que devem reger a política externa do Estado Brasileiro. Em seu artigo 4º, inciso II, a Constituição estabelece que o Brasil deve reger-se em suas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos. O termo *prevalência*, cravado nesse artigo, veda ao Estado brasileiro submeter a promoção e a proteção dos direitos humanos a outros interesses ou metas, ainda que legítimos, no plano internacional. Trata-se, portanto, de um imperativo de ordem jurídico-moral à condução de nossas relações internacionais e à atuação brasileira na ONU.

Por fim, sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, qualquer manifestação de poder estatal deve possibilitar a participação da sociedade em sua formulação e deve ser submetida aos primados da transparência, moralidade, publicidade e, conseqüentemente, aberta ao controle público. Qualquer ação do Poder Executivo, que tem competência primária na execução da política externa brasileira, deve ainda estar submetida a controle pelos poderes Legislativo e Judiciário.

Tais imperativos democráticos demandam dos responsáveis pela política externa brasileira o estabelecimento de processos formais de participação da sociedade

civil, bem como total transparência e prestação de contas de suas ações.

Infelizmente, muitos dos atos relacionados à política externa do Estado Brasileiro ainda são produzidos em desconformidade com os imperativos acima elencados. A falta de transparência dos órgãos envolvidos na condução da política externa se traduz na frágil participação da sociedade civil e no limitado controle público exercido pelo Legislativo e pelo Judiciário.

Qual a posição do Brasil sobre as violações de direitos humanos no Sudão, China ou qualquer outro país que esteja sendo tratado pelas Nações Unidas? O Brasil está cumprindo com as obrigações que assumiu na ONU e implementando as recomendações feitas a ele pela Organização? Como o Brasil vem contribuindo para o estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos? O difícil acesso à informação oficial sistematizada certamente dificulta responder a essas perguntas.

Esperamos que esse Anuário seja uma contribuição para que as organizações da sociedade civil possam participar e monitorar a política externa brasileira no sistema de direitos humanos da ONU. Esperamos, ainda, que auxilie o Executivo, o Legislativo e o Judiciário a cumprirem seus respectivos papéis na defesa dos direitos humanos. Por fim, esperamos que esse Anuário seja uma demonstração clara ao Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos envolvidos com a política externa brasileira de que a sociedade civil está vigilante e exige do Brasil uma postura compatível tanto com os princípios constitucionais que devem orientar sua política externa como com o compromisso não-negociável com a defesa dos direitos humanos.

Conectas Direitos Humanos

Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental, criada em 2001, com sede em São Paulo (Brasil). Sua missão é promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para a consolidação do

Estado de Direito no Sul Global - África, Ásia e América Latina.

Por meio do Programa de Política Externa e Direitos Humanos, Conectas dedica-se a promover a incorporação dos princípios de direitos humanos nas políticas externas de países do Sul Global e a fomentar a participação da sociedade civil desses países na elaboração e monitoramento dessas políticas, especialmente daquelas relacionadas com a ONU.

Nacionalmente, Conectas monitora o cumprimento pelo Brasil das obrigações em direitos humanos assumidas em âmbito internacional e dos princípios constitucionais que regem sua política externa.

Desde 2006, Conectas tem Status Consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas.

ESTRUTURA DO ANUÁRIO

A ONU E OS DIREITOS HUMANOS

- Direito Internacional dos Direitos Humanos
- Sistema Internacional dos Direitos Humanos

O BRASIL NO SISTEMA EXTRA-CONVENCIONAL DE DIREITOS HUMANOS

⇒ O Brasil na 62ª. Sessão da Assembleia Geral da ONU

- Assembleia Geral e os Direitos Humanos
- Votos do Brasil em 2007

O Brasil na Plenária da Assembleia Geral em 2007 (resoluções provenientes da Terceira Comissão)				
Resoluções Propostas pelo Brasil	Aderiu ao Consenso	Votou a Favor	Votou Contra	Absteve-se
0	38	16	0	5

⇒ O Brasil no Conselho de Direitos Humanos

- O novo Conselho de Direitos Humanos
- Brasil e a construção institucional do Conselho de Direitos Humanos:
Atuação nos Grupos de Trabalho sobre: (1) Agenda e Regras de Procedimento, (2) Procedimentos Especiais e (3) Mecanismo de Revisão Periódica Universal
- Votos do Brasil em 2006 e 2007

O BRASIL NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS EM 2006 - 2007				
SESSÕES REGULARES				
Resoluções Propostas pelo Brasil	Aderiu ao Consenso	Votou a Favor	Votou Contra	Absteve-se
5	72	20	0	3

DADOS SOBRE O BRASIL NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS EM 2006 - 2007				
SESSÕES ESPECIAIS				
Resoluções Propostas pelo Brasil	Aderiu ao Consenso	Votou a Favor	Votou Contra	Absteve-se
0	2	3	0	0

⇒ **O Brasil e os Relatores Especiais em 2007**

- Visitas ao Brasil:

Visita de Philip Alston, Relator Especial da ONU para Execuções Sumárias, Extrajudiciais ou Arbitrárias em novembro de 2007

- Denúncias Individuais e Comunicações Urgentes:

9 casos foram tratados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2007 pelos seguintes relatores especiais: Relator Especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras Intolerâncias Relacionadas; Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Involuntários ou Forçados; Relator Especial sobre os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas; Relator Especial sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão; Representante Especial do Secretário-Geral sobre a Situação de Defensores dos Direitos Humanos; Relator Especial sobre a Independência de Juízes e Advogados; Relator Especial sobre o Direito à Alimentação; Relatora Especial sobre as Questões de Direitos Humanos envolvendo as Vítimas de Tráfico de Pessoas e Relator Especial sobre os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas

- Ação Conectas:

Ações desenvolvidas nacionalmente e internacionalmente na ONU

- Ação Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa:

Ações desenvolvidas nacionalmente e internacionalmente na ONU

O BRASIL NO SISTEMA CONVENCIONAL DE DIREITOS HUMANOS

- Ratificação das Convenções de Direitos Humanos:

Em 2007, o Brasil ratificou o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura. Até o final de 2007, o Brasil não havia ratificado os dois protocolos facultativos ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, a Convenção para a Proteção de todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

- O Brasil nos Comitês de monitoramento dos Tratados em 2007:

Passagem do Brasil no Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher

- Ação Conectas:

Elaboração de um relatório alternativo relacionado a dois temas, o direito à saúde da mulher negra e o aborto como questão de saúde pública.

- Comitê para Abolição da Tortura:

Ação do Relatório da visita confidencial ao Brasil

- Relatórios atrasados:

3 relatórios periódicos ao Comitê sobre os Direitos das Crianças (relativos a 1997, 2002 e 2007) e outros 2 relatórios periódicos correspondentes a cada um dos protocolos facultativos à Convenção dos Direitos da Criança (relativos a 2006); 4 relatórios periódicos ao Comitê para Abolição da Tortura (relativos a 1994, 1998, 2002 e 2006); e 3 relatórios periódicos ao Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (relativos a 2004, 2006 e 2008).

- Comunicações Urgentes em 2007:

Comitê para Eliminação da Discriminação enviou dois comunicados urgentes ao Brasil, referentes à situação dos direitos humanos dos povos indígenas no estado de Roraima, na Reserva Raposa Serra do Sol.

VISITA AO BRASIL – LOUISE ARBOUR, ALTA COMISSÁRIA PARA OS DIREITOS HUMANOS:

Em sua primeira visita ao Brasil, Louise Arbour esteve em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro em dezembro de 2007.

- Ação Conectas:

Conectas foi convidada a organizar o encontro entre a Alta Comissária e organizações da sociedade civil, em São Paulo, bem como a participar do lançamento da campanha de celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Genebra (Suíça).

PESQUISA

ATUAÇÃO DE BRASIL E ÁFRICA DO SUL NA ONU: RUMO A UMA AGENDA COMUM EM DIREITOS HUMANOS?

ANEXOS

- 1) Tabela geral votos – O Brasil na Assembléia Geral em 2007
- 2) Tabela geral votos – O Brasil no Conselho de Direitos Humanos em 2007
- 3) Diretório – Contatos no Brasil e na ONU

Informação para contato

Conectas Direitos Humanos
Rua Pamplona, 1197 casa 04
01405-030 São Paulo - SP Brasil
Tel. 5511 3884-7440 Fax. 5511 3884-1122
conectas@conectas.org
www.conectas.org I www.conectasur.org